

O ESPAÇO COLONIAL PRATICADO: PARTICULARIDADES AMBIENTAIS DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL HOLANDESA

José Gustavo Wanderley Ayres¹

RESUMO: Este artigo é fruto de uma pesquisa realizada com base nos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – de Pernambuco. Por meio deste levantamento procura-se expor as particularidades ambientais e territoriais da ocupação holandesa no litoral nordestino, tendo por base os documentos lusos dos séculos XVII e XVIII, obtidos graças ao trabalho de recuperação desenvolvido pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Para o desenvolvimento da análise, utilizamos teóricos que pensam o espaço, a historiografia e o imaginário produzido com o intuito de entender o espaço colonial habitado durante a ocupação territorial promovida pelos portugueses e holandeses.

Palavras-Chave: Historiografia. Imagem. Ambiente.

A Teoria da História apresenta-se como um seguimento de suma importância para a Historiografia Brasileira e Mundial, onde ao longo dos anos os grandes teóricos escreveram a história, formando assim a base da Historiografia Atual. As correntes historiográficas existentes foram formadas por novas necessidades de respostas ao mundo intelectual na área de Ciências Humanas, sejam pela presença de diferentes lugares, novos métodos, abordagens e, sobretudo novos objetos. Dentro desta perspectiva do fazer historiográfico, da utilização da teoria da História, originada pelo diálogo com fontes documentais procuramos expor a utilização da Teoria e suas peculiaridades teóricas que contribuíram para a compreensão do ambiente e do espaço social.

Tratar das questões ecológicas e ambientais imersa no ambiente colonial é complexo, pois requer uma análise mais profunda, destacando a degradação ecológica impulsionada pela presença na colônia do capitalismo mundial do século XVII. Desse modo, ao tratar das relações ambientais no Pernambuco Colonial, não podemos nos

¹ Discente do 1º ano do curso da Pós-Graduação em História Social e da Cultura do Departamento de História – UFRPE. jogus_wa@yahoo.com.br

distanciar da atuação portuguesa e holandesa na região litorânea do Nordeste do Brasil. Este artigo tem assim, o objetivo de apresentar uma discussão teórica acerca do espaço, da questão sócio-cultural e ambiental para as perspectivas teóricas, que atrelam a cultura e as relações de produção da existência, facilitando assim a compreensão da narrativa, das fontes documentais e do ofício do historiador.

No primeiro momento apresentaremos um panorama teórico acerca revisionismo do espaço e sua (re)significação pelos autores; em seguida apresentaremos o conceito utilizado pelo governo colonial acerca do espaço – a criação de reservas ambientais como contraponto à perspectiva contemporânea de preservação, destacando as suas contribuições e sua íntima ligação com o contexto de seu tempo; e por fim, apresentaremos sinteticamente as contribuições documentais, as desordens de descaminhos da mata colonial praticada no espaço destacando os aspectos definidores do ofício do historiador enquanto narrador, artesão dos tempos, construtor de temporalidades e de representações.

REVISIONISMO DO ESPAÇO

No decorrer dos anos 60 e 70 percebe-se que novas disciplinas foram sendo inseridas no currículo acadêmico-universitário nos Estados Unidos e Europa Ocidental. O impacto das atividades humanas (antrópicas) na biosfera (regiões ecológicas) e nichos particulares levou ao questionamento de seus objetos, “*desviando a atenção das hierarquias para as relações, das posições para as representações*” sociais e do espaço habitado. Isso permitiu que suas certezas metodológicas pudessem “*ser confrontadas com novas exigências*” teóricas por meio da importação “*da área das disciplinas literárias novos princípios de legitimidade, que desqualificavam a história enquanto disciplina empírica*”². Desse modo, novas concepções acerca do espaço foram sendo criadas para compreender o emaranhado de relações e conflitos existentes entre a vida urbana e rural.

A resposta dos historiadores a esse choque de representações, segundo Roger Chartier, foi responsável pela “*emergência de novos objetos no seio das questões históricas: as atitudes perante a vida e a morte, as crenças e os comportamentos religiosos, os sistemas de parentesco e as relações familiares, as formas de sociabilidade, as modalidades de funcionamento escolar, etc.*”³. Desse modo, o choque

²CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro. Lisboa: Bertrand/ Difel, 1990, p. 14

³ Idem

de representações permitiu que o historiador expandisse seus conhecimentos e pesquisas para novos territórios não trabalhados pela historiografia, como o espaço.

Essa modificação não foi apenas responsável por modificações teóricas ou na mentalidade, foi responsável por “*renovações audaciosas do tratamento serial dessas fontes massivas*”, como por exemplo, “*registro de preços, registros paroquiais, arquivos portuários e actos notariais.*”⁴ Desse modo, nas diversas linhas de pesquisas históricas, novos objetos com princípios de inteligibilidade passaram a ser incorporados pela história das economias e das sociedades. Assim, ao inscrever novas fontes de registros, movidos por novas pesquisas, diversos campos científicos foram moldadas, interiorizando posturas partilhadas pela disciplina histórica, geográfica, econômica, antropológica, bem como novos campos de estudos acerca do espaço.

Um dos primeiros autores que repensou o espaço no capô da geografia no século XIX à luz de uma problematização histórica ambiental, Donald Worster, surgiu na década de 1970 movido por reivindicações ambientais e espaciais, buscando uma reformulação cultural e uma reavaliação político-econômica acerca da utilização do espaço. Desse modo, ele destaca que “*a história ambiental nasceu portanto de um objetivo moral, tendo por trás fortes compromissos políticos*”⁵.

Assim, o meio físico passou a ser notado nas análises historiográficas e artigos científicos, no início do século XIX e XX. Desse modo, “*os historiadores começaram a perder um pouco da sua certeza de que o passado tivesse sido tão integralmente controlado ou representado por alguns poucos grandes homens ocupantes de cargos do poder nacional*” e começaram a se interessar e dedicar por vidas e pensamentos de pessoas comuns⁶. Esses historiadores buscavam (re)conceituar a história “de baixo para cima”, dissecando as camadas ocultas de classe, de gênero, de raça e de casta, valorizando cada vez mais conceitos como “território”, “territorialidades”, aproximando-se de categorias até hoje tão próprias da geografia.

Os historiadores ambientais surgiram como estudiosos das camadas ocultas procurando entender a terra como “um agente”, que possuía “uma presença histórica”, movido por fortes interesses políticos. Por isso, começaram a reconstruir as paisagens do passado, verificando seu funcionamento antes que a sociedade humana atuasse e a

⁴ CHARTIER, Roger. Op. cit, p. 15

⁵ WOSTER, Donald. **Para fazer uma história ambiental**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.4, n.8, 1991, p. 199

⁶ Idem, p. 198

transformasse, buscando entender “*como as comunidades humanas modificam as paisagens em que vivem e como as pessoas ao redor são afetadas pelas mudanças ocorridas nas condições geológicas, climatológicas, epidemiológicas, e ecológicas*”⁷. Acerca disso, Worster destaca a possibilidade de ampliar o estudo desse campo, afirmando que:

*A história ambiental parte de um esforço revisionista para tornar a disciplina histórica inclusiva em suas narrativas, de modo que as consequências ecológicas dos feitos passados possam ser trabalhados. É preciso assumir postura, não podemos ser tão inocentes*⁸.

O historiador ambiental além de fazer “novas perguntas”, precisava aprender a falar “línguas novas”, precisava “reconstruir a paisagens” a partir de fontes novas e com recursos diversos, verificando como eram e como funcionavam. Esse esforço histórico revisionista de colocar a natureza dentro da história – a história das pessoas, sociedades, culturas e economias – procura investigar a “ecologia do passado”. Na historiografia moderna, influenciada pelos Annales, a inclusão do ambiente físico e das ações humanas deve compreender a paisagem como um ambiente histórico sob a qual são inscritas ideais e idéias, por meio das quais o ambiente construído expressa uma cultura, e é fruto de um processo de construção de uma determinada sociedade. “*A natureza não é uma idéia, mas muitas idéias, significados, pensamentos, sentimentos, empilhados uns sobre os outros*”⁹, é construção de imaginário, fruto de um modo de vida e organização social.

O espaço colonial passou desse modo, a ser revisto e estudado à luz de novas análises de organização social e imaginária, que primavam pelo ambiente e pelo espaço, bem como pela compreensão do povoamento e dos grupos humanos que deles fizeram parte. Os primeiros historiadores que se debruçaram sobre o ambiente como fonte historiográfica perceberam que os relatos e fontes historiográficas, fontes primárias de arquivos, estavam “*repletos de intencionalidade humana, transbordantes de ambição*

⁷CRONON, William. **The Trouble with Wilderness; or Getting Back to the Wrong Nature**, in **Environmental History**, Jan. 1995, pp.7-28 apud FREITAS, Inês. **História Ambiental e Geografia**. XII Encontro Regional de História da ANPUH, 2006.

⁸WOSTER, Donald. Op. cit, 1991, p. 199

⁹ WOSTER, Donald, Op. cit, 1991, p. 210

saciada”, onde as florestas são reconhecíveis “*como sociedades compostas de milhares de espécies de plantas e animais*”¹⁰.

Para Drummond essa análise torna-se viável, pois “*a história ambiental revela ligação também com a história regional, pois focaliza processos sociais (e naturais) geograficamente circunscritos*”¹¹, procurando trabalhar em associação direta com os cientistas naturais. Essa relação interdisciplinar entre a historiografia colonial e o ambiente permite que o historiador combine estudos históricos, geomorfológicos, climatológicos, meteorológicos, biológicos, de engenharia e ocupação do espaço habitado, essenciais para um maior entendimento do ambiente físico e ecológico das regiões.

Nessa perspectiva, segundo propõe Fernand Braudel, “*seria necessário prestar atenção aos mínimos fatos, e não apenas aos físicos*”, mas a ação do tempo, na construção do ambiente. Pois, todas as características geográficas tem sua historicidade e são parte de um processo temporal histórico, fruto da interação do ambiente como o humano. “*Estas variações tem, umas e outras, o seu valor*”, pois não seria possível “*encontrar mais ou menos por todo o lado os mesmos climas e os mesmos climas sazonais, a mesma vegetação, as mesmas cores*”, e até as mesmas paisagens e gêneros de vida¹². Para Fernand Braudel, cada sociedade modifica a região, o ambiente em torno de si segundo padrões culturais próprios, que o autor nomeia por “*identidade das produções*”. Assim, uma identidade produtiva, uma identidade que determina o que deve ser produzido ou não. Esse mecanismo age no tempo, moldando a vida humana segundo o processo de longa duração.

A identidade da região é responsável assim, por gerir a utilização dos recursos das regiões, determina o que é produzido, como será produzida, a finalidade da produção. A cultura da região interfere, portanto, no uso dos recursos e de sua manipulação/utilização, pois “*os recursos só se tornam recursos quando culturalmente identificados e avaliados...Os recursos não se impõem unilateralmente à cultura*”, eles são percebidos por determinado sociedade em determinado ambiente e contexto sócio-histórico¹³.

¹⁰DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Cia. das Letras, 2006, p. 22

¹¹DRUMMOND, José Augusto. **A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.4, n 8, 1991, p. 5

¹²BRAUDEL, Fernand. **O mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II – 2º ed**, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1995, p. 262

¹³ DRUMMOND, José Augusto. Op. cit, 1991, p. 6

Partindo do pressuposto, de que a paisagem é fruto da intervenção e ação cultural humana, Melosi prevê que “*a história ambiental urbana deveria combinar o estudo da história natural da cidade com a história dos processos de construção das cidades e as possíveis interseções entre os dois*”¹⁴. As redes das cidades não são apenas uma tarefa técnica, elas são fruto de um processo sócio-cultural de adaptação, que se fundamenta em padrões comportamentais dos indivíduos, e no uso dos recursos do ambiente. As idéias, significados, pensamentos, sentimentos, empilhados uns sobre os outros, neste sentido nos fornece um norteamento para o estudo das potencialidades do ambiente físico.

Todos os indivíduos e culturas criam aglomerados (idéias, significados, pensamentos). A natureza é uma ordem e um processo que nós não a criamos, e ela continuará existindo na nossa ausência. Ela também é uma criação mental, imaginária; por mais que nos ofereçamos para ver o que ela é objetivamente de si mesma, por si mesma e para si mesma, apenas compreenderemos em parte, não o todo. A mente cria, ordena a natureza, representa uma convicção. Desse modo, o historiador ambiental deve incluir em seu programa de estudo aspectos da estética, da ética, do mito, do folclore, da literatura e do paisagismo, da ciência e religião, deve ir a toda a parte onde a mente humana esteve envolvida com a natureza, modificou-a, adaptou-a a sua cultura, as suas concepções político e sociais.

Ao historiador ambiental deve-se também o interesse de entender como a cultura avalia a natureza. Pois, toda cultura contém um leque de percepções e valores variados. Essas percepções interferem na construção de idéias, e, portanto, refletem na organização da sociedade, os seus tecno-ambientes e a utilização dos recursos humanos e materiais. As idéias variam de pessoa para pessoa dentro de uma sociedade, de acordo com o gênero, classe, raça e região em que habita, de acordo com o ambiente natural ocupado.

O historiador ambiental deve estar atento à essas mudanças, e deve resistir às generalizações acerca da mentalidade e da população de um mesmo local. O historiador deve, portanto, examinar as idéias como agentes ecológicos, que focaliza para o funcionamento de pequenas comunidades de indivíduos, que opera em um ecossistema

¹⁴ “that urban environmental history would combine ‘the study of the natural history of the city building process and the possible intersections between the two’ (MELOSI, M.V, 2004, p 126). MELOSI, M.V. **Effluent America. Cities, industry, energy and the environment**, University of Pittsburgh Press, Pittsburg , 2001, p. 126. apud SCHOTT, Dieter. **Urban environmental history: what lessons are there to be learnt?**. Boreal Environment Research 9:519-528, 2004.

e faz parte do mecanismo ecológico em operação. Em história, natureza, clima, terra, ecossistema são entidades importantes, pois oferecem uma visão acerca do desenvolvimento histórico da região.

O ESPAÇO COLONIAL PRATICADO

O historiador colonial dos atuais tempos deve “*compreender como fazer História pode significar mais do que aprender com alguém um ofício*”. Ele deve estar atento ao fato de que o fazer histórico se faz pela amizade, pela empatia, pela aproximação com a fonte historiográfica, pelo sentimento em relação à fonte, e ao espaço que se trabalha¹⁵. No campo de pesquisa de estudos acerca da colônia, o pesquisador deve estar atento, não apenas às relações de poder envolvidas, também às práticas humanas e suas relações com o ambiente, pois “*os homens inventaram a história através de suas ações e representações*”¹⁶. E, por meio dessas representações, pela relação entre a sociedade e a cultura, que poderemos entender como os homens criaram suas próprias estruturas que os aprisionaram. Acerca dessas representações, do processo de invenção historiográfica, Durval Albuquerque destaca:

*O momento de invenção de qualquer objeto histórico seja pelo próprio passado e caberia ao saber histórico tentar dar conta dos agentes desta invenção, definindo que práticas, relações sociais, atividades sociais produziram um dado evento. Os documentos históricos são tomados como pistas através das quais se tenta rastrear o momento desta invenção, os interesses que levaram à sua emergência.*¹⁷.

O historiador colonial, que enfoca sua análise sob os aspectos ambientais deve por isso, fazer novas perguntas utilizando os documentos coloniais, precisa aprender a falar algumas línguas novas – do ambiente – precisa reconstruir as paisagens do passado, verificando como funcionavam, qual a dinâmica ecológica e vegetal da região em meio a um real historiográfico construído, fabricado por meio de um discurso. É preciso então, entender o processo de (re)interpretação ambiental da história colonial, valiosa para o estudo histórico, de modo que se possa ver objetos novos e processos

¹⁵ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História**: a arte de inventar o passado. Ensaios de Teoria da História. Bauru, São Paulo: Edusc, 2007, p. 18.

¹⁶Idem, p. 19

¹⁷ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Op. cit, 2007, p. 24

históricos diversos. É preciso compreender o ecossistema do período, para que se possa entender como se deram os processos de ocupação e dominação econômica.

Todos os ecossistemas são auto-equilibrados, como uma máquina que possui um funcionamento estável. Mensurar as modificações do ambiente não atendem mais as necessidades historiográficas, o historiador ambiental deve-se ater-se aos danos sofridos pelo pelo ecossistema, por meio da intervenção humana. Para Certeau, “*o gesto que liga as idéias aos lugares é, precisamente, um gesto de historiador. Compreender, para ele, é analisar em termos de produções localizáveis o material que cada método instaurou inicialmente segundo seus métodos de pertinência*”¹⁸ Pois, “*em história, todo sistema de pensamento está referido a "lugares" sociais, econômicos, culturais*”, está ligado a uma teoria. Desse modo, encarar a história como uma operação é admitir que ela faz parte da "realidade" da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada "enquanto atividade humana", "enquanto prática". “*Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural*”, instaurando os métodos, os documentos e as questões propostas¹⁹. Ela cria um lugar, ela seleciona fontes com base no relato, ela redistribui o espaço com base nos interesses envolvidos.

A operação historiográfica, segundo Certeau, está ligada a um lugar social, pois “*toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural*”; “*toda interpretação histórica depende de um sistema de referência*”, de “uma "filosofia" implícita” que “remete à "subjetividade" do autor” e a fatos históricos.²⁰ O entendimento deste lugar social por sua vez auxilia o historiador na determinação e na configuração do “discurso ideológico” que se ajuste “*a uma ordem social, da mesma forma como cada enunciado individual se produz em função das silenciosas organizações do corpo*”²¹. Desse modo, Certeau destaca que é:

*impossível analisar o discurso histórico independentemente da instituição em função do qual ele se organiza silenciosamente; ou sonhar com uma renovação da disciplina, assegurada pela única e exclusiva modificação de seus conceitos, sem que intervenha uma transformação das situações assentadas.*²²

¹⁸ CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Loudes Menezes; Revisão técnica de Arno Vogel – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 65

¹⁹ CERTEAU, Michel de. Op. cit, 1982, p. 66

²⁰ Idem, p.66-67

²¹ Idem, p. 70

²² Idem, p. 71

É sobre esse lugar social e essa doutrina que os poderes coloniais constroem o espaço habitado pela sociedade no século XVII e XVIII, tanto no período posterior como no período anterior ao domínio batavo. Ambos os poderes marítimos buscam construir uma forma de dominação ambiental, pois, “*em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em "documentos" certos objetos distribuídos de outra maneira.*”²³ E, nesse caso, ao tratar dos documentos coloniais, fontes primárias do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) como base para análise geográfica da sociedade colonial, pode-se delimitar esse lugar social, essa espacialidade.

Os métodos dessa operação esboçam um comportamento institucional e dependem “das leis de um meio, no caso, do poderio colonial batavo e luso, em defesa de seu poder e supremacia naval e econômica. O discurso colonial de ambos, “*assume uma cor de parede: neutra. Transforma-se mesmo numa maneira de defender lugares ao invés de ser o enunciado de "causas" capazes de articular um desejo*”²⁴. Assim, a operação historiográfica pode servir também para exclusão do discurso, daquilo que é sua condição num momento dado; representa o papel de uma censura com relação aos postulados presentes (sociais, econômicos, políticos) na análise, pois “*a história permanece configurada pelo sistema no qual se elabora*”²⁵.

Esse sistema, fruto de um lugar social em um dado período histórico, como no caso de estudo, o século XVII e XVIII, é responsável por “técnicas de produção”, pois, “*cada sociedade se pensa historicamente com os instrumentos que lhe são próprios*”²⁶. Dessa forma, o historiador “*trabalha de acordo com os seus métodos, os objetos específicos (papéis, pedras, imagens, sons, etc)...trabalha sobre um material para transformá-lo em história*”²⁷.

Para Certeau, o historiador não se contenta em traduzir de uma linguagem cultural para outra, quer dizer, produções sociais em objetos de história. Ele pode transformar em cultura os elementos que extrai de campos naturais, por isso, modifica o meio ambiente através de uma série de transformações que deslocam as fronteiras e a topografia interna da cultura. “*Ele "civiliza" a natureza, "coloniza" e altera*”, pois, “*em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em*

²³ Idem, p. 72

²⁴ Idem, p. 76

²⁵ CERTEAU, Michel de. Op. cit., 1982, p. 76-77

²⁶ Idem, p. 78

²⁷ Idem, p. 79

"documentos" certos objetos distribuídos de outra maneira".²⁸ Esse gesto consiste em isolar um corpo, redistribuindo em torno de um espaço, sob a condição de uma história nova. Certeau defende que:

A utilização das técnicas atuais de informação leva o historiador a separar aquilo que, em seu trabalho, até hoje esteve ligado: a construção de objetos de pesquisa e, portanto, das unidades de compreensão; a acumulação dos "dados" (informação secundária, ou material refinado) e sua arrumação em lugares onde possam ser classificados e deslocados. (CERTEAU, 1985, pág. 85).

A operação historiográfica não está apenas condicionada a um lugar, a uma doutrina e a uma prática, liga-se ainda a uma escrita, a um conjunto. Isto é, "se apresenta como uma arquitetura estável de elementos, de regras e de conceitos históricos que constituem sistema entre si e cuja coerência vem de uma unidade designada pelo próprio nome do autor"²⁹. A escrita histórica permanece controlada pelas práticas das quais resulta. Ela é didática e magisterial, funciona como imagem invertida; dá lugar à falta e a esconde; cria estes relatos do passado que são o equivalente dos cemitérios nas cidades; exorciza e reconhece uma presença da morte no meio dos vivos. Para Certeau, esse tipo de escrita é uma "escrita **performativa e escrita em espelho**", pois "tem o estatuto ambivalente de "fazer a história"...de "contar histórias" quer, dizer, de impor as violências de um poder e de fornecer escapatórias."³⁰

É preciso estar atento na análise documental ao fato de que toda historiografia está ligada a um discurso, pois toda historiografia coloca um tempo discursivo, "organizado pelo lugar dos "interlocutores" e fundamentado no lugar que se dá o "autor" com relação aos seus leitores"³¹. Desse modo, o discurso pretende dar um conteúdo verdadeiro sob a forma de uma narração, pretende "transformar o citado em fonte de credibilidade e léxico de um saber" por meio de "uma linguagem referencial (é o "real" que lhes fala)".³² Assim, por meio do discurso, o historiador procura entender as representações que emergem das crônicas, do arquivo e do documento,

²⁸ Idem, p.80

²⁹ Idem, p. 94

³⁰ CERTEAU, Michel de. Op. cit., 1982, p. 95

³¹ Idem, p.96-97

³² Idem, p. 102-103

transformando o citado em fonte de credibilidade e léxico de um saber, sob a forma de uma linguagem específica, que ordena o espaço habitado pelo sujeito.

DESORDENS E DESCAMINHOS DAS MATAS COLONIAIS

O espaço da região litorânea do Nordeste do Brasil nos séculos XVII e XVIII, bem conhecida pelos portos da Europa devido a sua destacável produção açucareira, despertou a atenção dos Países Baixos e Ibéricos. Interessados em estabelecer regiões para abastecer suas refinarias europeias, na região litorânea do Brasil se estabeleceu um embate marítimo-comercial e ambiental buscando estabelecer o controle, o monopólio comercial ocidental sobre produtos e territórios.

Nesse embate comercial e político-territorial, os empresários luso-batavos empreendem diversas tentativas de conquista ao litoral do Nordeste açucareiro do Brasil, bem como de ambientes economicamente rentáveis, ricos em fontes e matérias-primas. Interessados em extrair-lhe vultosos lucros, o empreendimento colonial mercantil região ficou conhecido na historiografia brasileira pelo seu caráter de degradação ambiental, seja por meio do latifúndio ou pelo regime agrícola monocultor foi responsável por danos ambientais irreparáveis na história do Nordeste do Brasil.

Essas regiões, no século XVII e XVIII, passaram a ser disputadas pela empresa marítimo-comercial holandesa (WIC) e portuguesa de modo que a exploração do pau Brasil, segundo Caio Prado Júnior realizada de forma “*rudimentar que não deixou traços apreciáveis, a não ser na destruição impiedosa e em larga escala das florestas nativas donde se extraía a preciosa madeira*”³³. Havia não só a exploração da mata litorânea como também das tribos nativas que eram utilizados como carregadores de açúcar e trabalhadores no trato com a mata, na retirada de matéria-prima para a fabricação de caixotes utilizados no transporte do açúcar.

A análise do período de ocupação do litoral nordestino, fruto do embate batavo e luso, e posterior fixação do poderio luso, realizada por interesses econômicos, políticos, sociais e históricos é deficiente devido à carência de fontes primárias – documentos do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) – ou mesmo de análises ambientais acerca do tema. São raros e imprecisos os documentos do Projeto Resgate do Barão do Rio

³³ JUNIOR, Caio Prado. **História Econômica do Brasil**. 31ªed. Editora Brasiliense. São Paulo, 1985, p. 25

Branco³⁴ que tratam da importância de regiões específicas, sob a temática ambiental essenciais para se entender com profundidade o trato ambiental das duas grandes potências marítimo-comerciais do século XVII e XVIII, que disputavam o controle do Nordeste.

Desse modo, foi necessário ater-se a documentos, ou seja, fontes primárias, que permitam uma análise mais clara e precisa das relações ambientais estabelecidas nesse período na colônia. Para isso, é essencial enquadrar os relatos lusos dentro da categoria de degradação ambiental, e não apenas de mudança, pois, “*o historiador ecológico acaba preferindo dizer que os homens provocam mudanças, no ambiente – pois mudanças é um termo neutro e incontroverso - não danos, um conceito muito mais problemático*”.³⁵ Como historiadores que tratam a relação da dominação-documento e ambiente, não podemos mais mantermos neutros, precisamos assumir posturas conceituais e teóricas para o melhor trato das fontes.

Entre os séculos XVII e XVIII, percebe-se no Nordeste, como consequência da política mercantil de Portugal e dos Países Baixos, uma grande degradação ambiental, essencial para a ampliação territorial, devido à necessidade europeia por matérias-primas e bens de primeira necessidade. Este fato bem evidenciado na CONSULTA³⁶ de 30 de setembro de 1796 do Conselho Ultramarino ao imperador sobre a necessidade de se inspecionar as sucupiras, paus amarelos e pau brasil, essencial para a marinha mercantil e a construção do arsenal que mantinha a proteção da Bahia, Pernambuco e Lisboa, onde aconselha “*a justa necessidade que se há de se estabelecer um meio, que possa de presente e para o futuro acautelar a total ruína das grandes matas desta comarca das Alagoas do Sul*”. Apesar do fim do embate luso-holandês, a necessidade por matéria-prima para a construção de naus e barcos que realizassem o controle do mar e da região manteve-se.

Rico em análises geográficas e territoriais, o documento enfoca a região da Comarca de Alagoas, grande produtora e açúcar e fornecedora de matas para a produção de naus, onde destaca que:

³⁴ O Projeto Resgate de Documentação Histórico Barão do Rio Branco (Projeto Resgate) foi criado institucionalmente, em 1995. Tem como objetivo principal disponibilizar documentos históricos relativos à História do Brasil existentes em arquivos de outros países, sobretudo Portugal e demais países europeus com os quais tivemos uma história colonial.

³⁵ WOSTER, Donald, Op. cit, 1991, p. 205

³⁶ AHU_ACL_CU_004, Cx.3, D.249. 30 de setembro de 1796

“As matas deste registro da vila de Porto Calvo, que formam uma das grandes matas das vilas das Alagoas, cabeça da Comarca, e vila de Atalaia; tem seu princípio no fim das matas do Meirim, e se estendem para o Norte até as matas do Uma, como sejam as de Santo Antônio Grande, Camaragibe, Porto Calvo, Canhoto, Baixa Seca, e duas Barras, as quais são abundantíssimas de muitas e diferentes madeiras, como sejam paus de amarelo, e outras muitas, e em especial famosa sucupira, única, e melhor em todo o Brasil para construção de naus de guerra, e dos navios da Marinha Mercantil”³⁷.

Além destas madeiras se acham nas matas muitos tipos de “paus” de “extraordinária grandeza para os mastros dos navios”, “em cuja conservação tanto interessa a real Coroa, Marinha mercantil, e o bem comum de todos estes povos; porque uma vez, que elas se extinguirem, decaíra totalmente o principal ramo da agricultura destes países”³⁸. Percebe-se assim, que o interesse na manutenção das matas e roçados, de natureza estritamente comercial e extrativista não buscava a preservação ambiental sendo avessas à presença humana, contudo, incentivava a criação de reservas, onde se pudesse retirar exclusivamente para a manutenção do poderio colonial e atendendo à finalidade mercantil.

Outro aspecto destacado no documento refere-se “aos contínuos fogos introduzidos nelas, procedidos estas da falta de cautela nas queimas dos mesmos roçados; cujos fogos se ateiam muitas léguas, onde mais não tornam a nascer matas”³⁹. Desse modo, o controle do fogo, nesse período era fruto de uma necessidade luso portuguesa em manter o controle da região e a rentabilidade da empresa e engenhos, pois os “engenhos se acham hoje decadentes pela falta de lenhas, e geralmente se experimenta falta de tabuados para os respectivos encaixamentos”⁴⁰. Além disso, percebe-se presente nesses relatos a presença do exclusivismo colonial, de modo que o ideal presente nesse período não era o de preservação, contudo o de reservar, criar locais acessíveis à manutenção das matas e locais onde a extração era possível, pois não serviam à utilização do trato mercantil.

Assim, por meio de uma CONSULTA⁴¹ procura demarcar “os milhões de ramos das matas mais férteis e de maior grandeza para sua Majestade”, diferenciando-os dos “mais fracos para a marinha mercantil”, que deveriam ser destinados para o “uso dos

³⁷ AHU_ACL_CU_004, Cx.3, D.249. 30 de setembro de 1796

³⁸ Idem

³⁹ Idem.

⁴⁰ AHU_ACL_CU_004, Cx.3, D.249. 30 de setembro de 1796

⁴¹ Idem,

povos”. Isso permite demonstrar como a política e os ideais coloniais sobre o espaço e o ambiente podiam adquirir novos sentidos e feições. Isso fica evidenciado nos relatos de Laura de Mello onde destaca que:

*“Em colônias separadas dos centros decisórios do poder – as metrópoles – por meses de navegação marítima, e habitadas por grandes contingentes de escravos, o mando estava fadado a ser contemporizador, pois caso vestisse apenas a máscara da dureza, o edifício todo se esboroava, a perda do controle levando à da própria colônia”.*⁴²

Para Laura de Mello era através da flexibilização do sistema e a atuação dos agentes locais em acordos políticos que durante o período colonial foi possível auferir grandes lucros. Esse fato fica bem evidenciado na CONSULTA⁴³ de 23 de agosto de 1697 do Conselho Ultramarino ao Imperador sobre a carta do governador da Capitania de Pernambuco, onde aconselha que se *“persuada aos moradores, assim aos que vivem naquele porto como todos os mais das povoações circunvizinhas, queiram concorrer para ela, pois toda se encaminha em benefício seu”*.

Outro exemplo da manifestação do poder reside na Carta de CONSULTA⁴ de 17 de outubro de 1721 do Conselho Ultramarino ao Rei D João V sobre o requerimento do ouvidor-geral nomeado para a vila das Alagoas, bacharel Manuel de Almeida Matoso, onde aconselha que se não averigúe a verdade como era conveniente. *“Os excessos e desordens que cometiam no tempo de seu lugar se seguiam sem castigos”*, e esse abuso se deva reverter totalmente em *“benefício dos povos locais”*.

Acerca da forma como o ambiente colonial era tratado, era praticado, Donald Worster destaca que *“o poder de tomar decisões, inclusive as que afetam o ambiente, raramente se distribui de forma igualitária por uma sociedade”*⁴⁴. E, se tratando em sociedade colonial do século XVII e XVIII essa flexibilização era levada a configurações e práticas extremas. Acerca desse trato Dean destaca em seu livro *“A ferro e fogo”* que:

⁴² SOUZA, Laura de Mello e. **O sol e a sombra**: política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras. 2006, p. 31

⁴³ AHU_ACL_CU_015, Cx.17, D.1727. 23 de agosto de 1697

⁴⁴ WOSTER, Donald, Op. cit, 1991, p. 202

*Esses relatos estão repletos de intencionalidade humana, transbordantes de ambição saciada, o enredo do teatro e do folclore, mas neles as florestas não são reconhecíveis em sua entelúquia, como sociedades compostas de milhares de espécies de plantas e animais. Essas histórias de um breve momento na passagem das nações pela experiência de fronteira não narram o encontro do mundo natural mas a representação de uma fase na evolução de suas atividades e organizações técnicas.*⁴⁵

Sob esse revisionismo ambiente, vemos a necessidade de ir mais fundo nos conceitos utilizados pelo poderio colonial nesse período, e o trato do ambiente pelos pesquisadores coloniais que muitas vezes gira em torno da utilização e extração de materiais e não de degradação ambiental. É necessário ao historiador do período colonial uma tomada de consciência, pois a “*relação da cultura com a sociedade modificou-se: a cultura não está mais reservada a um grupo social; ela não mais constitui propriedade particular de certas especificidades profissionais*”⁴⁶.

A fonte documental pode ser analisada como fonte histórica ambiental, não deve existir mais monopólios culturais sobre o documento e sua utilização. Não há mais um único sentido, mas sentidos, uma cultura caleidoscópica, sem um sentido unívoco, fixado por um poder ou um código acadêmico para utilização da fonte historiográfica, há uma miscelânea, fruto de colagens e justaposições. O historiador deve estar atento a essas novas práticas do espaço colonial ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A natureza não é uma idéia, mas muitas idéias, significados, pensamentos, sentimentos, empilhados uns sobre os outros. Todo indivíduo e toda cultura criam esses aglomerados. A natureza é uma ordem e um processo que nós não criamos, e ela continuará a existir na nossa ausência. Ela é também uma criação das nossas mentes, por mais que nos esforcemos para ver o que ela é objetivamente em si mesma, por si mesma e para si mesma. Desse modo, a história ambiental deve incluir no seu programa o estudo de aspectos de estética e ética, mito e folclore, literatura e paisagismo, ciência e religião - devem ir a toda parte onde a mente humana esteve envoltas com o significado da natureza.

⁴⁵ DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Cia. das Letras, 2006, p. 22

⁴⁶ CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Tradução Enid Abreu Dobransky. Campinas, SP: Papyrus. Coleção Travessia do Século; 5 ed. 2008, p. 104

O objetivo principal do historiador deve ser como uma cultura avalia a natureza. Pois, toda cultura contém um leque de percepções e valores variados, e que jamais houve uma cultura que realmente quisesse viver em harmonia total com o seu ambiente. As idéias são socialmente construídas e, portanto, refletem a organização das sociedades, os seus tecno-ambientes e as suas hierarquias de poder. As idéias variam de pessoa a pessoa dentro de uma sociedade de acordo com o gênero, a classe, a raça, a região. Homens e mulheres, quase sempre separados em esferas mais ou menos distintas, chegaram a modos distintos de encarar a natureza.

O historiador deve estar alerta para essas diferenças e deve resistir a generalizações fáceis sobre a "mentalidade" de um povo ou de um lugar. Cada ciência foi moldada pelo tecno-ambiente e pelas relações sociais de sua época. A ciência não é apenas um acúmulo de fatos, ela implica colocar esses fatos dentro de um paradigma, ou modelo de funcionamento. Os cientistas não trabalham completamente isolados das suas sociedades, e sim refletem, nos seus modelos de natureza, as suas sociedades, os seus modos de produção, as suas relações humanas, as necessidades e os valores de sua cultura.

Por isso ao examinar as idéias, focalizando diretamente para o funcionamento das pequenas comunidades, deve-se entendê-lo como um único ecossistema, que faz parte de um mecanismo ecológico em operação. Natureza, terra, clima, ecossistema são entidades relevantes que nos oferecem uma história.

SPACE PRACTICED COLONIAL: OFFICE OF THE HISTORIAN BETWEEN DISORDERS AND STRAYED

ABSTRACT: This article is the result of a research based on documents of the Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – de Pernambuco. With this research we intend explain about the particularities of the territory and the environment during the Dutch occupation of the northeastern coast, Based in Portuguese documents of the XVII and XVIII century, obtained thanks to the recovering work developed by Projeto Resgate-Barão do Rio Branco. For the analysis development we use theorists that thinks about the space, historiography and the imaginary produced with the intention of understand the colonial inhabited space during the territorial occupation promoted by Dutch and Portuguese.

KEY-WORDS: historiography, image, environment.

FONTES PRIMÁRIAS

AHU_ACL_CU_004, Cx.3, D.249. 30 de setembro de 1796

AHU_ACL_CU_015, Cx.17, D.1727. 23 de agosto de 1697

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado.** Ensaios de Teoria da História. Bauru, São Paulo: Edusc, 2007.

BRAUDEL, Fernand. **O mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II** – 2º ed, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1995.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Tradução de Maria de Lourdes Menezes; Revisão técnica de Arno Vogel – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural.** Tradução Enid Abreu Dobransky. Campinas, SP: Papyrus. Coleção Travessia do Século; 5 ed. 2008.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Rio de Janeiro. Lisboa: Bertrand/ Difel, 1990.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história a devastação da Mata Atlântica brasileira.** São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

DRUMMOND, José Augusto. **A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.4, n 8, 1991.

FREITAS, Inês. **História Ambiental e Geografia.** XII Encontro Regional de História da ANPUH, 2006.

JUNIOR, Caio Prado. **História Econômica do Brasil.** 31ªed. Editora Brasiliense. São Paulo, 1985.

SCHOTT, Dieter. **Urban environmental history**: what lessons are there to be learnt?. Boreal Environment Research 9:519-528, 2004.

SOUZA, Laura de Mello e. **O sol e a sombra**: política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

WOSTER, Donald. **Para fazer uma história ambiental**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.4, n.8, 1991.